



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I - CAMPINA GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE - CCBS
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

NILZA ALESSANDRA CARDOSO PEREIRA

**TRABALHO DOCENTE, SAÚDE E DIREITOS HUMANOS:
ANÁLISE DA ATIVIDADE DE PROFESSORES NO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO**

**CAMPINA GRANDE - PB
2022**

NILZA ALESSANDRA CARDOSO PEREIRA

**TRABALHO DOCENTE, SAÚDE E DIREITOS HUMANOS:
ANÁLISE DA ATIVIDADE DOCENTE NO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado ao Departamento do Curso de Psicologia da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Graduação em Psicologia.

Área de concentração: Psicologia Institucional.

Orientador: Prof.^a Dr.^a Cristina Miyuki Hashizume

**CAMPINA GRANDE - PB
2022**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

P436t Pereira, Nilza Alessandra Cardoso.
Trabalho docente, saúde e direitos humanos [manuscrito] :
análise da atividade de professores no sistema socioeducativo
/ Nilza Alessandra Cardoso Pereira. - 2022.
26 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em
Psicologia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de
Ciências Biológicas e da Saúde, 2022.

"Orientação : Profa. Dra. Cristina Miyuki Hashizume ,
Coordenação do Curso de Psicologia - CCBS."

1. Psicologia institucional. 2. Socioeducação. 3. Privação
de liberdade. I. Título

21. ed. CDD 158.7

NILZA ALESSANDRA CARDOSO PEREIRA

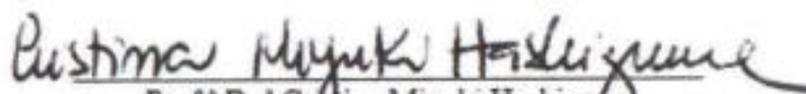
TRABALHO DOCENTE, SAÚDE E DIREITOS HUMANOS: ANÁLISE DA ATIVIDADE
DOCENTE NO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo)
apresentado ao Departamento do Curso de
Psicologia da Universidade Estadual da
Paraíba, como requisito parcial à obtenção do
título de Graduação em Psicologia.

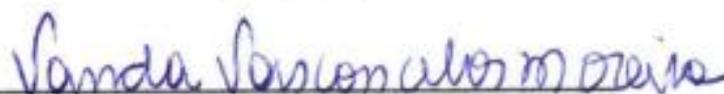
Área de concentração: Psicologia
Institucional.

Aprovada em: 02/12/2022.

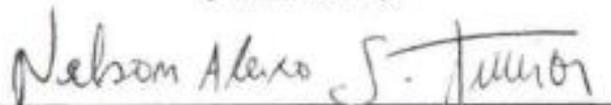
BANCA EXAMINADORA



Prof.ª Dr.ª Cristina Miyuki Hashizume
Universidade Estadual da Paraíba - UEPB
(Orientadora)



Prof.ª Me. Vanda Vasconcelos Moreira
Universidade Federal Fluminense - UFF
(Examinadora)



Prof. Dr. Nelson Aleixo da Silva Junior
Universidade Estadual da Paraíba - UEPB
(Examinador)

Esta pesquisa é dedicada a todos que reconhecem, protegem e lutam pela dignidade da pessoa humana e, acreditam que, para alcançá-la, deve-se iniciar pela transformação da educação.

Educação não transforma o mundo. Educação muda as pessoas. Pessoas transformam o mundo.

FREIRE, 1979.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 EPISTEMOLOGIA E METODOLOGIA DO TRABALHO E SUBJETIVIDADE	8
2.1 Trabalho docente, Psicologia Institucional e saúde mental	10
2.2 Educação e Direitos Humanos em contexto de privação de liberdade	11
3 METODOLOGIA	12
3.1 Tipo de pesquisa	12
3.2 Local da pesquisa	12
3.2.1 Unidades socioeducativas da Fundação de Atendimento Socioeducativo (Fundase)	12
3.2.2 Unidades socioeducativas da Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente (Fundação CASA)	13
3.2.3 Unidade socioeducativa da Fundação Desenvolvimento da Criança e do Adolescente “Alice de Almeida” (Fundac)	13
3.3 Universo e sujeitos da pesquisa	13
3.4 Instrumentos de coleta de dados	13
3.5 Procedimento para coleta e tratamento dos dados	14
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES	14
4.1 Saúde mental dos docentes no sistema socioeducativo	15
4.2 Vivência intra e interpéssica: a dinâmica do trabalho, violências e outras questões institucionais	17
4.3 Saber docente transformador: aspectos contextuais e Direitos Humanos	20
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	20
REFERÊNCIAS	23

**TRABALHO DOCENTE, SAÚDE E DIREITOS HUMANOS:
ANÁLISE DA ATIVIDADE DE PROFESSORES NO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO**

**TEACHING WORK, HEALTH AND HUMAN RIGHTS:
ANALYSIS OF TEACHER ACTIVITY IN THE SOCIO-EDUCATIONAL SYSTEM**

Nilza Alessandra Cardoso Pereira¹
Cristina Miyuki Hashizume²

RESUMO

As Políticas Públicas para infância e adolescência em contexto de privação de liberdade no Brasil, desde a sua criação, são marcadas pelas relações de poder, a partir das estruturas escravocratas e coloniais, bem como pela barbaridade do capital e do neoliberalismo. Como forma de enfrentamento para o rompimento de práticas hegemônicas de violência e violação dos Direitos Humanos, surgem as medidas socioeducativas. O trabalho docente na instituição engloba o exercício ativo com vistas à função social de responsabilização, ressocialização e reflexão de um futuro projeto de vida para os adolescentes através da socioeducação. Nesse contexto, o presente artigo objetiva compreender a atividade docente de professores do sistema socioeducativo, a partir de aspectos de sua saúde mental, sob a abordagem da Psicologia do Trabalho e a Análise Institucional do Discurso. Especificamente, objetivamos: discutir a percepção que os docentes possuem de sua experiência de trabalho, os impactos da atividade no processo de subjetivação docente, suas implicações na saúde mental e como as Políticas Públicas têm se constituído como uma alternativa efetiva no aporte da vivência subjetiva no trabalho. Para tanto, foi realizada uma pesquisa descritiva e exploratória, sendo de natureza qualitativa, com pesquisa documental e empírica, a partir do método cartográfico. Além disso, ocorreram, de forma online, via plataforma *Google Meet*, tendo em vista os efeitos globais da pandemia da Covid-19, entrevistas individuais e grupos reflexivos. No total, participaram 27 profissionais, sendo do Rio Grande do Norte (CASE/CASEP-RN), Paraíba (FUNDAC) e São Paulo (Fundação CASA). A partir da análise exploratória dos dados, inseridos no software ATLAS ti, obtivemos as seguintes categorias semânticas, quais sejam: i) *Saúde mental dos docentes no sistema socioeducativo*; ii) *Vivência intra e interspíquica: a dinâmica do trabalho, violências e outras questões institucionais*; iii) *Saber docente transformador: aspectos contextuais e Direitos Humanos*. Concluímos pela necessidade de continuidade de estudos e intervenções nos territórios da socioeducação no que tange às vulnerabilidades no trabalho e nos processos de subjetivação dos docentes em sua atividade que foram evidenciadas e manifestadas na forma de adoecimento e sofrimento. Consideramos que a criação de espaços institucionais coletivos de discussão sobre a atividade aos docentes possibilita o fortalecimento do grupo e a promoção da saúde desses trabalhadores.

Palavras-chave: Psicologia Institucional; Socioeducação; Privação de liberdade.

¹ Graduanda do Curso de Psicologia da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, nilza.pereira@aluno.uepb.edu.br;

² Doutora em Psicologia Escolar e Desenvolvimento Humano pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo – USP, cristina.mhashizume@servidor.uepb.edu.br.

ABSTRACT

Public Policies for children and adolescents in the context of deprivation of liberty in Brazil, since their creation, are marked by power relations, based on slave and colonial structures, as well as by the barbarity of capital and neoliberalism. As a way of confront with the disruption of hegemonic practices of violence and violation of Human Rights, socio-educational measures emerge. Teaching work at the institution encompasses active exercise with a view to the social function of accountability, resocialization and reflection on a future life project for adolescents through socio-education. In this context, this article aims to understand the teaching activity of teachers in the socio-educational system, based on aspects of their mental health, under the approach of Work Psychology and institutional discourse analysis. Specifically, we aim to: discuss the perception that teachers have of their work experience, the impacts of the activity on the process of teaching subjectivation, its implications for mental health and how Public Policies have been constituted as an effective alternative in the contribution of subjective experience at work. For that, a descriptive and exploratory research was carried out, being of a qualitative nature, with documental and empirical research, based on the cartographic method. In addition, they took place online via the Google Meet platform, because of the global effects of the Covid-19 pandemic, individual interviews and reflective groups. In total, 27 professionals participated, from Rio Grande do Norte (CASE/CASEP-RN), Paraíba (FUNDAC) and São Paulo (Fundação CASA). From exploratory data analysis, inserted in ATLAS ti software, with content analysis, the following categories were obtained: i) Mental health of teachers in the socio-educational system; ii) Intra and interpsychic experience: work dynamics, violence and other institutional issues; iii) Transforming teaching knowledge: contextual aspects and human rights. It concludes that there is a need for continuity of studies and interventions in the areas of socio-education with regard to vulnerabilities at work and in the subjectivation processes of teachers in their activity, which were evidenced and manifested in the form of illness and suffering. We consider that, the creation of collective institutional spaces for discussion about the activity for teachers makes it possible to strengthen the group and promote the health of these workers.

Keywords: Institutional Psychology; Socioeducation; Deprivation of liberty.

1 INTRODUÇÃO

A educação, em contexto de privação de liberdade, é um direito previsto em diversos acordos internacionais, além de leis e planos nacionais, tais como: a Constituição Federal vigente (BRASIL, 1988), o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990); há, inclusive, legislações específicas de cada estado onde as instituições socioeducativas se construíram após a finalização da Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo (Febem) - estigmatizada por práticas que violavam os Direitos Humanos das crianças e adolescentes assistidas, marcadas pelo efeitos das relações de poder, a partir das estruturas escravocratas e coloniais. Desde então, as lutas para o efetivo cumprimento do direito à educação são muitas e se aprofundam no atual cenário sociopolítico.

Nesse contexto, em 2006, após dezesseis anos de consolidação do ECA, como forma de enfrentamento para o rompimento de práticas hegemônicas de violência e violação dos Direitos Humanos, a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH) com o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), apresentaram o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE). O documento em prol da defesa dos direitos de sujeitos inimputáveis, menores de 18 anos (BRASIL, 1984), que regulamenta o cumprimento de Medida Socioeducativa, ação que se soma ao quadro de

medidas judiciais, como forma de enfrentamento de situações de violência que envolvem os adolescentes enquanto autores de ato infracional ou vítimas de violação de direitos.

Segundo o SINASE, o educador tem o papel de possibilitar ao adolescente oportunidades de acesso à educação e ao seu desenvolvimento, em que pese sua condição de vulnerabilidade social. Segundo Penna (2006), o professor prepara os cidadãos para atuarem na coletividade: sua atividade visa à função social de responsabilização, ressocialização e reflexão de um futuro projeto de vida para os adolescentes através do caráter educativo da instituição, à construção de novos significados e compromissos para as práticas sociais.

Portanto, em nosso entendimento, é importante analisar as condições de trabalho docentes, o funcionamento das unidades de atendimentos socioeducativas, o vínculo empregatício, o plano de carreira e a formação continuada. Infelizmente, vê-se que muitos docentes se encontram em situações problematizadoras que estão além de seu alcance (CARVALHO, 2019). A pesquisa realizada no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), “Trabalho docente e Direitos Humanos: Pesquisa com professores do sistema sócio-educativo”, na cota 2021-2022, apontou que os entraves ao trabalho educativo são engendrados por enredamentos institucionais e as deficiências na formação docente.

Para aprofundar a investigação sobre a temática do trabalho docente em instituições de privação de liberdade frente ao cenário de intensificação, flexibilização, precarização, intersetorialidade da segurança pública e da educação, o problema de pesquisa pode ser sintetizado em: Como o trabalho docente impacta a saúde mental de professores em instituições socioeducativas?

Face ao problema, nosso objetivo é compreender a atividade docente de professores do sistema socioeducativo, a partir de aspectos de sua saúde mental, sob a abordagem da Psicologia do Trabalho e a Análise Institucional do Discurso. Para tanto, buscamos discutir a percepção que os docentes possuem de sua experiência de trabalho, os impactos da atividade no processo de subjetivação docente, suas implicações na saúde mental e como as Políticas Públicas têm se constituído como uma alternativa efetiva no aporte da vivência subjetiva no trabalho.

2 EPISTEMOLOGIA E METODOLOGIA DO TRABALHO E SUBJETIVIDADE

A psicologia apropriou-se do campo teórico, tecnológico e metateórico sobre o estudo do trabalho. A princípio, de forma constitutiva, edificou as abordagens do trabalho e, posteriormente, contribuiu para a criação de metáforas, novos valores e passou a institucionalizar os significados sobre o trabalho (BENDASSOLLI, 2011). Nesse contexto, apontar epistemologicamente e metodologicamente a psicologia que “reconstrói” o trabalho é direcioná-la a novos significados e integrá-la na formalização do trabalho. Uma análise sobre as diversas perspectivas psicológicas que estudam o campo do trabalho contemporâneo aponta que a unicidade está longe de ser obtida.

Numa perspectiva geral, vê-se os engendramentos de diversos campos de estudo sobre o trabalho, quais sejam: aspectos social e clínica. Contudo, apesar do objeto de estudo ser igual, há divergência epistemológica e metodológica. Na Psicologia do Trabalho com ênfase cognitiva, vê-se o neopositivismo e os aspectos direcionados para apreensão do processamento de informações do ambiente de trabalho e da atividade, por sua vez, a Psicologia Social do Trabalho abrange as abordagens sócio-históricas, aponta o trabalho e os processos sociais; as abordagens clínicas tem como foco as ações do sujeito e do coletivo diante das vulnerabilidades intersetoriais advindas do trabalho, incluindo o bojo psicanalítico, psicossociologia, psicologia social clínica, psicodinâmica do trabalho, clínica da atividade, ergonômica e, também, a filosofia e antropologia (BENDASSOLLI, 2011).

Em termos específicos, o presente artigo buscou analisar o trabalho a partir de um modo de fazer Psicologia através das abordagens clínicas da Psicologia do Trabalho, com foco na compreensão da atividade dos professores do sistema socioeducativo, a partir de aspectos de sua saúde mental. As clínicas do trabalho possibilitam a promoção e a preservação da saúde dos trabalhadores, a partir da transformação da realidade do trabalho (BENDASSOLLI; SOBOLL, 2011). Ressalta-se, também, que neste artigo, iremos utilizar como abordagem de dos resultados a Análise Institucional do Discurso de Marlene Guirado (1987/2004). Tal escolha se faz em virtude da relevância de nossa análise sobre relação constitutiva entre a instituição e os professores, a fim de evidenciar as perspectivas subjetivas da prática profissional dos professores que se configura nos discursos desses profissionais.

Recorreremos, também, à Psicologia do Trabalho, a partir da Clínica da Atividade, nome atribuído a disciplina feita pelo professor e pesquisador francês Yves Clot (2007, 2010a, 2010b, 2011). A partir dela analisaremos a dimensão ontológica da atividade humana, utilizaremos conceitos como a atividade dirigida - o prescrito, o que deve ser feito, “qualquer trabalho é uma atividade dirigida, ao mesmo tempo, pelo sujeito, pela tarefa e para os outros” (CLOT, 2010b, p. 144) -, a atividade realizada - o que é possível observar e descrever, “o realizado não tem o monopólio do real (CLOT, 2010b, p. 104)” - e, o real da atividade, ao qual Clot (2010b) aponta sobre as atividades que não se podem fazer, o que gostaria e poderia ser feito.

Além disso, também vale ressaltar a importância da abordagem da Ergologia, cujo principal representante é Schwartz. Trata-se de um método de investigação que considera uma variedade de conhecimento sobre a atividade humana de trabalho e aponta a construção do conhecimento sobre o trabalho e a transformação das situações de trabalho, a partir do saber constituído, seja formal ou acadêmico, e o saber investido, que seria adquirido através da experiência real do trabalho (SCHWARTZ, 2011a, 2011b, 2014). Nesse sentido, através da Ergologia, discutiremos as normas presentes na atividade dos professores no sistema socioeducativo, a dimensão invisível da violência e a dinâmica entre o saber constituído e o saber investido.

Ademais, também analisaremos os resultados considerando a da Psicossociologia do Trabalho, que busca Lhuilier (2014a, 2015b), investigar e intervir na esfera social e psíquica com base na Psicologia Social Clínica, Psicopatologia do Trabalho, Sociologia do Trabalho, Ergonomia da Atividade e da própria Psicossociologia. A partir dessa abordagem, apontaremos a discussão sobre a concepção do sentido do trabalho, ao qual compreende-se que é construído coletivamente (LHUILIER, 2014b), de professores em instituições privadas de liberdade, tomando o conceito de trabalho sujo - termo, a princípio, cunhado por Hughes (1996) referindo-se a trabalhos que são rejeitados ou que ocorrem nos bastidores, representado e imputado socialmente a partir de um estigma negativo. Desse modo, tal conceito é fulcral para compreender o engendramento dos aspectos sociais no trabalho dos professores, tendo em vista que o significado negativo pode exercer influência na experiência de trabalho destes profissionais.

Nesta pesquisa compreendemos que para discutir o trabalho, vê-se como fundamental a observação da atividade dos trabalhadores. Segundo Clot (2010a), a Psicopatologia do Trabalho emergiu das análises do trabalho à luz da compreensão da relação entre atividade e subjetividade, representado por Le Guillant. No Brasil, o estudo sobre o trabalho emergiu notoriamente na década de 80 e 90, apresentando-se divergência epistemológica, metodológica e teórica, todavia a partir de variáveis de análise em comum: atividade e subjetividade.

Nesse contexto, cabe destacar que o estudo referente ao trabalho na Psicologia não limita o trabalho na institucionalização econômica, o emprego (BENDASSOLLI; SOBOLL, 2011). O trabalho discutido, ao qual apropriamos na presente pesquisa, refere-se ao que é

produzido, a atividade humana que transforma o mundo e o trabalhador (LHUILIER, 2014a). Desse modo, quando apontamos o objetivo de compreender a atividade docente de professores no sistema socioeducativo a partir de aspectos de sua saúde mental, sob autores da Psicologia do Trabalho e Análise Institucional do Discurso, nos referimos à atividade que transcende a instituição e o cargo ocupado, sendo atravessado por processos de subjetivação elaborados na experiência.

2.1 Trabalho docente, Psicologia Institucional e saúde mental

O trabalho docente e a saúde mental, abordado neste artigo, enfatiza a atividade docente, bem como as adequações e os enquadramentos realizados a partir das relações da instituição. A abordagem da Psicologia Institucional, buscou relacionar a Psicologia, especificamente a Psicanálise, com abordagens mais amplas que envolvem aspectos macroeconômicos, ao qual suscita de base para discussão das influências institucionais, bem como sua afetação na subjetividade humana. De acordo com Bleger (1984), a Psicologia Institucional tem enfoque nos fenômenos humanos que ocorrem a partir da relação com a estrutura, a dinâmica, as funções e os objetivos da instituição. Portanto, a instituição como um dispositivo metodológico e alvo da intervenção (GUIRADO, 2009).

Diante da abordagem supramencionada, prossegue-se a Análise Institucional do Discurso, de Marlene Guirado, cabe destacar que essa abordagem considera a instituição como um conjunto de relações sociais que se repetem e, a partir dela, se legitima (ALBUQUERQUE, 2004). Nesse sentido, suas premissas se embasam no reconhecimento de que há práticas instituídas e naturalizadas que se manifestam socialmente. Um exemplo significativo é a escola como instituição, de modo que os docentes e discentes repetem ritos disciplinando corpos e mentes (crenças), colocando-os como agentes ou clientela, atores em cena; assim, a ação faz a instituição, reproduz e legitima (GUIRADO, 2009). A partir dessa abordagem, buscamos trazer à tona o discurso das ações dos atores institucionais em suas relações, ao qual na presente pesquisa identificamos como os docentes.

De acordo com Guirado (2009), as relações institucionais apresentam-se como objeto institucional. Essa perspectiva de Guirado propõe que a partir da relação de clientela, entre os agentes institucionais e os clientes da instituição, ao realizar serviços específicos resultam no surgimento de pontos de tensão decorrentes dos fenômenos de posse e alienação do objeto institucional, bem como a relação de poder através do discurso. Esse discurso apresenta-se como dispositivos-ato (FOUCAULT, 2014) que se constituem, na visão de Guirado como discurso-ato-dispositivo (GUIRADO, 1995, 2006), abrangendo a pertença ao grupo imerso nas vivências do cotidiano e as relações de poder. Nestas relações institucionais, vê-se o sujeito-dobradora, expressão utilizada por Guirado (2009) para apontar o modo de produção do sujeito, entre o contexto e a singularidade. Tal campo conceitual é utilizado na presente pesquisa ao buscar possibilitar a fala dos professores em uma analítica da subjetividade, ao qual aponta as condições de produção do discurso e os modos de subjetivação do sujeito institucional atravessado por vários sistemas, não apenas no educacional, mas, também, na segurança pública e penal.

Outros estudiosos se dedicaram, também, à compreensão das relações dinâmicas entre a organização e o trabalhador, o qual resulta em impacto na saúde mental. Nesta pesquisa, consideramos, também, o estudo referente aos processos de subjetivação no processo de sofrimento psíquico advindos da instituição, a partir da Psicodinâmica do Trabalho. A teoria, preconizada por Dejours (2018) teve início em 1970, focou o sofrimento no trabalho e a relação com as psicopatologias, problematizando a relação do homem com o trabalho, como afirma Yves Clot (2011), considerada a metamorfose da psicopatologia do trabalho.

Dejours torna-se pioneiro da ciência que analisa os processos intra e intersubjetivos do homem com a organização do trabalho. Nesse sentido, o sofrimento produzido no trabalho torna-se o centro de análise que, engendrado em meio às práticas institucionais, constrói modos de subjetivação. Nesta pesquisa, estaremos pontuando contribuições da Psicodinâmica do Trabalho para analisar os processos de subjetivação e o surgimento do adoecimento e sofrimento dos docentes.

2.2 Educação e Direitos Humanos em contexto de privação de liberdade

Outro aspecto evidenciado é a perspectiva interdisciplinar em Direitos Humanos referenciada nesta pesquisa referente ao contexto do trabalho. O trabalho do educador no espaço de privação de liberdade é importante, tendo em vista que engloba o exercício ativo na instituição com vistas à responsabilização, ressocialização e reflexão de um futuro projeto de vida para os adolescentes. A educação em contexto de privação de liberdade é um direito, previsto na Constituição Federal vigente (BRASIL, 1988), no Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990) e em legislações estaduais específicas.

O ECA é o principal instrumento normativo do Brasil sobre os direitos da criança e do adolescente. É considerado o maior símbolo da forma de se tratar a infância e a adolescência no país, o ECA traz a questão da proteção integral, em que crianças e adolescentes são vistos como sujeitos de direitos, em condição peculiar de desenvolvimento e com prioridade absoluta. Ademais, o ECA os coloca a salvo de toda forma de discriminação, exploração e violência, ponto extremamente importante no tocante ao socioeducação em que os adolescentes advém de diversas vulnerabilidades. O Art. 70-A, da Prevenção, diz que:

III- A formação continuada e a capacitação dos profissionais de saúde, educação e assistência social e dos demais agentes que atuam na promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente para o desenvolvimento das competências necessárias à prevenção, à identificação de evidências, ao diagnóstico e ao enfrentamento de todas as formas de violência contra a criança e o adolescente. (Incluído pela Lei nº 13.010, de 2014).

Essa lei se refere aos direitos dos profissionais de possuírem capacitação e, assim, conseguirem dar o suporte necessário, garantindo os direitos dos adolescentes. Vale destacar que o Art. 88, diretrizes da política e de atendimento, afirma o direito à educação continuada aos profissionais - incluído pela Lei nº 13.257, de 2016. Desse modo, destaca-se a importância de haver um preparo contínuo durante todo o trabalho exercido por profissionais que estão prestando serviços a instituições socioeducativas.

Além do ECA, vê-se o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (BRASIL, 2012), com o objetivo de regularizar e organizar órgãos de atendimento ao menor infrator, com a assistência multidisciplinar de profissionais, que buscam a proteção dos direitos desses jovens e efetivando uma reintegração social, utilizando a educação como um meio para esse fim. O SINASE ratifica a diretriz do ECA sobre a natureza pedagógica da medida socioeducativa, abrangendo a relação da família, comunidade e Estado, diante do caráter educativo, (re)instituinto direitos, interrompendo a trajetória infracional e promovendo a inserção social, educacional, cultural e profissional (CFP, 2021).

Ademais, o SINASE ainda aponta a importância de um plano de carreira (CFP, 2021). Nesse sentido, os funcionários detêm oportunidades que incentivam o crescimento no desempenho de suas funções, oferecendo formações e capacitações voltadas para o trabalho socioeducativo. Tais como capacitações introdutórias, ajudando na inserção do funcionário ao sistema, projetos pedagógicos, entre outros. Diante disso, a presente pesquisa buscou discutir o trabalho docente em unidades de atendimentos socioeducativas, versando sobre as

condições de trabalho ao qual os docentes estão, o funcionamento das unidades de atendimentos socioeducativas, o vínculo empregatício, a formação continuada e como as Políticas Públicas têm se constituído como uma alternativa efetiva no aporte da vivência subjetiva no trabalho de professores no sistema socioeducativo.

3 METODOLOGIA

Nesta seção, será apresentado o percurso metodológico da elaboração do presente artigo.

3.1 Tipo de pesquisa

Este estudo trata-se de uma pesquisa descritiva e exploratória, de natureza qualitativa, com pesquisa documental e empírica, a partir do método cartográfico (HASHIZUME, 2020; FEUERWERKER, 2014; PASSOS, 2015; PAULON, 2005; ROCHA, 2003). Este método prevê acompanhar o curso institucional do trabalho docente, sendo possível coletar e transformar a realidade que se mostrará na pesquisa. Inicialmente, realizou-se uma revisão bibliográfica com o intuito de prover subsídios analíticos à abordagem do objeto de pesquisa, as abordagens da Psicologia Trabalho e Análise Institucional do Discurso. Em seguida, procedeu-se a pesquisa documental da legislação brasileira que subsidia o contexto socioeducativo e, posteriormente, a coleta de dados que envolveu projeto maior em âmbito nacional de grupo de pesquisa cadastrado no CNPq.

Uma fase inicial dessa pesquisa foi desenvolvida pela autora - à época, bolsista do PIBIC-, na área de Análise Institucional, intitulada "Trabalho docente e Direitos Humanos: Pesquisa com professores do sistema sócio-educativo". A pesquisa preliminar tinha como objetivo mapear a formação e prática docente de professores que atuam em instituições socioeducativas no Rio Grande do Norte (CASE/CASEP-RN) e São Paulo (FUNDAÇÃO CASA).

Para a presente pesquisa de conclusão do curso, dando seguimento ao que previamente foi desenvolvido, propõe-se ampliar o problema de pesquisa sendo sintetizado em: Como o trabalho docente impacta na saúde mental de professores em instituições socioeducativas? O objetivo geral do presente artigo é compreender a atividade docente de professores do sistema socioeducativo, a partir de aspectos de sua saúde mental, sob a abordagem da Psicologia do Trabalho e a Análise Institucional do Discurso. A pesquisa foi aprovada pelo Sistema CEP/Conex da UEPB, sob o Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE): 50382021.0.0000.5187

3.2 Local da pesquisa

Para tanto, foram delineados os locais, cujas coordenações pedagógicas deram anuência para participação da gestão e docentes na pesquisa, são estes:

3.2.1 Unidades socioeducativas da Fundação de Atendimento Socioeducativo (Fundase)

A unidade de Internação Centro de Atendimento Socioeducativo (CASE), com a medida socioeducativa de internação masculino (Art. 122 - ECA) e Centro de Atendimento Socioeducativo Provisório (CASEP), com a modalidade de atendimento inicial (Art. 175 - ECA) e internação provisória (Art. 108 - ECA); ambos vinculados à CEJA Senador Guerra, Caicó, no Rio Grande do Norte. O sistema socioeducativo em Rio Grande do Norte, nos municípios de Natal, Parnamirim, Caicó e Mossoró, desde 1994, tem como responsável a

Fundação Estadual da Criança e do Adolescente (Fundac) atual Fundação de Atendimento Socioeducativo do Estado do Rio Grande do Norte (FUNDASE, 2021).

3.2.2 Unidades socioeducativas da Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente (Fundação CASA)

As unidades socioeducativas da Fundação CASA, vinculadas à Escola Estadual Dr. Mathias Octávio Rôxo Nobre, em São Bernardo do Campo, São Paulo. Ressalta-se que desde 2016, o Governo do Estado de São Paulo, optou pela descentralização do atendimento, a partir de novos centros socioeducativos no interior. Além disso, pontua-se a Universidade Corporativa da Fundação CASA (UNICASA), ao qual promove a política de formação continuada dos socioeducadores e objetiva entrelaçar o conhecimento à prática, com vistas a melhorar o atendimento aos adolescentes e obter, assim, a interrupção da trajetória infracional.

3.2.3 Unidade socioeducativa da Fundação Desenvolvimento da Criança e do Adolescente “Alice de Almeida” (Fundac)

A unidade de Internação Centro Educacional Lar do Garoto Pe. Otávio Santos, localizada em Lagoa Seca, Paraíba, tem, atualmente, como órgão responsável a Fundac. Essa unidade foi fundada pelo Padre Otávio Santos, ao qual tinha como objetivo inicial acolher as crianças de rua, todavia a partir do ECA a instituição integrou como casa de internação para o Estado. Ressalta-se que a unidade objetiva “operacionalizar o atendimento a adolescentes e jovens em restrição e privação de liberdade no Estado da Paraíba” (FUNDAC, 2019, p. 13).

3.3 Universo e sujeitos da pesquisa

Em suma, o universo da pesquisa trata-se da prática docente em instituições socioeducativas. Os sujeitos da pesquisa foram os professores que possuem ou possuíram vínculo empregatício nessas instituições. Complementarmente, foi possível abranger coordenadores pedagógicos das instituições. Na presente pesquisa, participaram 3 docentes e 1 gestor da Fundase; 8 docentes da Fundação CASA; 14 docentes e 1 gestor da Fundac.

3.4 Instrumentos de coleta de dados

Inicialmente, a coleta de dados foi feita a partir de pesquisa documental. Posteriormente, foi realizada a pesquisa, no segundo semestre de 2021 e no primeiro semestre de 2022, a partir de rodas de conversas, mediante um roteiro semiestruturado (Anexo I), via plataforma *Google Meet*, respeitando-se o sigilo, os cuidados éticos de pesquisa e as medidas sanitárias nacionais de contenção decorrentes da pandemia da COVID-19. As perguntas versavam sobre informações sociodemográficas, histórico ocupacional, atividade no sistema socioeducativo, segurança, saúde e condições de trabalho.

Nesse sentido, ocorreram no total 17 entrevistas, abrangendo 25 docentes e 2 coordenadores pedagógicos. De modo que, na Fundase, no segundo semestre de 2021, ocorreram 7 entrevistas, de forma individual, sendo 6 entrevistas com 3 docentes e 1 com o coordenador pedagógico. Na Fundação CASA, a coleta de entrevistas foi realizada, no segundo semestre de 2021, como parte de um projeto maior em âmbito nacional que objetivava fazer um estudo sobre docentes em três estados do país. Os dados foram coletados por pesquisadores do nosso grupo de pesquisa “Saúde, Educação e Direitos Humanos” (CNPq), em seus trabalhos de iniciação científica e TCC. Ocorreram 8 entrevistas com 8

docentes, os encontros se realizavam quinzenalmente, em Grupos Vivenciais apoiados pelo coordenador pedagógico. Por sua vez, na Fundac foram duas entrevistas, no primeiro semestre de 2022, sendo 1 entrevista com 14 docentes e 1 coordenador pedagógico, posteriormente, 1 entrevista com 1 docente.

3.5 Procedimento para coleta e tratamento dos dados

As intervenções foram gravadas e transcritas na íntegra, sob permissão dos participantes. O método de análise foi a partir de construção de categorias semânticas através dos ciclos de codificações semânticas, inseridos no *software* ATLAS ti.

O referencial teórico utilizado são as abordagens clínicas da Psicologia do Trabalho. A partir disso, buscou-se analisar a atividade dos professores, as relações entre trabalho, subjetividade, coletivo do trabalho, instituições e organizações, elaboração de adoecimento e saúde. Além disso, utilizou-se a abordagem da Análise Institucional do Discurso, sob a perspectiva de Marlene Guirado, buscou-se evidenciar a atividade docente, bem como as adequações e os enquadramentos realizados a partir da estrutura e da relação constitutiva entre a instituição e os professores. Ademais, buscou-se relacionar a formação dos docentes, a sua prática pedagógica na instituição e a saúde mental, a partir de uma perspectiva interdisciplinar em Direitos Humanos, através das legislações vigentes.

A partir da análise dos dados e os referenciais, foi possível chegar às seguintes categorias de análise: i) *Saúde mental dos docentes no sistema socioeducativo*; ii) *Vivência intra e interpéssica: a dinâmica do trabalho, violências e outras questões institucionais*; iii) *Saber docente transformador: aspectos contextuais e Direitos Humanos*.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados das análises se deram por meio da atividade docente em unidades socioeducativas a partir de aspectos de sua saúde mental, sob a abordagem da Psicologia do Trabalho e a Análise Institucional do Discurso. A pesquisa possibilitou analisar a relação constitutiva entre a instituição e os professores, evidenciando as perspectivas subjetivas de sua prática profissional e, também, oportunizou o espaço de fala como estratégia de intervenção aos aspectos da saúde mental. Ressalta-se que para compreender a atividade docente, a partir da análise das transcrições das rodas de conversa, ocorreu a construção de categorias semânticas conforme os objetivos da pesquisa, através dos ciclos de codificação, inseridos no *software* ATLAS ti. Contudo, cabe ressaltar que, antes de dar sequência à discussão dos resultados, houveram alguns limites para a análise da pesquisa.

Em primeiro lugar, quando pontuamos sobre a análise da atividade de professores no sistema socioeducativo, estamos nos referindo às atividades docente, quais sejam: o que o professor faz, como o professor dar aula, onde ele dar aula, os espaços que ele atua, os atravessamentos das normas de segurança, os procedimentos com os alunos, o planejamento de aulas, os materiais possíveis de serem usados na sala e as relações institucionais do docente com os demais funcionários da instituição. Em segundo lugar, ressalta-se que durante a pesquisa, a observação do trabalho de forma presencial nas unidades não foi realizada no Rio Grande do Norte e em São Paulo, ocorrendo apenas na Paraíba, tendo em vista o cenário da pandemia do Covid-19, nesse sentido o foco da análise manteve-se a partir do discurso dos professores. Destacamos também, a limitação da pesquisadora na tarefa de interpretar leis e sistematizar um espaço tão complexo que envolve várias instâncias.

No contexto da socioeducação, temos a questão sendo sintetizada em: Como o trabalho docente impacta na saúde mental de professores em instituições socioeducativas? Enquanto, buscamos responder, objetivamos compreender a atividade docente de professores

do sistema socioeducativo, a partir de aspectos de sua saúde mental, sob a abordagem da Psicologia do trabalho e a Análise Institucional do Discurso. Ressalta-se, portanto, que esta pesquisa teve como foco o discurso de professores sobre a sua atividade no sistema socioeducativo.

Assim, buscamos investigar o funcionamento da instituição sobre o trabalho como fonte de dificuldades e desafios na realização da atividade, como os profissionais lidam com isso e o impacto em sua saúde mental. Para isso, foi fundamental possibilitar espaço de fala sobre o trabalho, de forma individual e em grupo. De modo geral, os dados das entrevistas, grupos de discussão e análise documental, apontaram que o trabalho real em instituições socioeducativas coloca o professor numa posição de sofrimento e de submissão à dinâmica de segurança. Além disso, percebemos a conotação negativa socialmente sobre o trabalho e objetivo da instituição, a ressocialização. Outro aspecto é que não há capacitação para o trabalho, sendo, portanto, aprendido no dia a dia ou de forma isolada com outro profissional. É possível notar os atravessamentos institucionais e uma naturalização de rotinas de violação de direitos dos adolescentes e jovens, bem como da autonomia profissional, de forma que tudo isso gera impedimentos na atividade dos professores, o desgaste mental e adesão aos mecanismos da instituição.

A análise dos resultados e discussão dos resultados aponta a importância de espaços coletivos de discussão sobre o trabalho com foco na promoção da saúde dos trabalhadores, tal proposta será apresentada na conclusão. A seguir, vê-se a sistematização dos dados coletados para análise e discussão, em 03 (três) categorias analíticas semânticas, quais sejam: i) *Saúde mental dos docentes no sistema socioeducativo*; ii) *Vivência intra e intersíquica: a dinâmica do trabalho, violências e outras questões institucionais* e iii) *Saber docente transformador: aspectos contextuais e Direitos Humanos*. Isso busca possibilitar melhor compreensão dos dados coletados.

Quadro 01 - Categorias de análise dos resultados

CATEGORIAS	SÍNTESE
<i>Saúde mental dos docentes no sistema socioeducativo</i>	Contempla a identidade profissional, o sentido do trabalho e o impacto do trabalho, alienado e imposto, a partir do instituído, a partir dos impedimentos e o empobrecimento da atividade, no processo de subjetivação docente implicando, portanto, em sua saúde mental.
<i>Vivência intra e intersíquica: a dinâmica do trabalho, violências e outras questões institucionais</i>	Identifica a naturalização de violações de direitos, a partir do instituído, resultando em desgaste do trabalhador e a adesão aos mecanismos repressivos da instituição - a dimensão invisível da violência - seja como forma de estratégia de sobrevivência, a partir dos atribuídos ao trabalho, ou de uma ambivalência institucional.
<i>Saber docente transformador: aspectos contextuais e Direitos Humanos</i>	Aborda os resultados observados da relação do trabalho docente e da instituição, a dinâmica entre o saber constituído e o saber investido dos professores, identificando-se estratégias utilizadas pelos docentes para garantir direitos, ao qual indica a possibilidade de estratégias coletivas a partir dos sentidos do trabalho.

Fonte: Quadro elaborado pelo próprio autor, 2022.

4.1 Saúde mental dos docentes no sistema socioeducativo

Na primeira categoria, *Saúde mental dos docentes no sistema socioeducativo*, apresentamos o impacto nos aspectos psíquicos dos professores, seja de adoecimento, seja de saúde, a partir da relação institucional. Na pesquisa foi possível constatar as fragilidades

emocionais, o sofrimento psíquico individual e coletivo, os mecanismos de defesa dos docentes, as relações dinâmicas entre a organização do trabalho e os processos de subjetivação docente. Concomitantemente, a partir da Psicologia do trabalho foi notável as formas que os docentes se posicionam frente às vivências de sofrimento e prazer no cotidiano de seu trabalho, quais sejam os recursos utilizados para enfrentamento e as repercussões em sua saúde mental.

De um modo geral, observa-se que a saúde mental docente perpassa constatações sobre a subjetividade de profissionais que atuam em instituições com regime de internação. Nesse sentido, verifica-se comportamentos de defesa e grandes questões que decorrem na relação do trabalhador com a atividade, quais sejam: medos, comportamento paranoicos, falsa sensação de proteção pelas grades, revistas e outros procedimentos do sistema de segurança do socioeducativo. Isso estaria, para nós, associado a existência de prescrições conflitantes, ausência de formação continuada e capacitação, escolha profissional por necessidade e, principalmente, por relatos de uma vivência solitária, sem um coletivo forte.

Cabe destacar que a divisão moral e psicológica do trabalho no sistema socioeducativo e as repercussões no trabalhador. Para Lhuillier (2014b), os julgamentos de valor sobre determinada atividade interferem no pensamento do trabalhador. O trabalho no sistema socioeducativo está frequentemente vinculado à noção de “trabalho sujo”, tendo em vista que é rejeitado, marginalizado e encontra-se nos bastidores; todavia, há uma tendência a ressignificação da ocupação por parte dos trabalhadores sobre a sua ocupação, tornando-a aceitável e valorizada (ASHFORTH, KREINER, 2014).

Tal situação foi observada quando questionamos sobre o histórico ocupacional docente, o início no trabalho no sistema socioeducativo e os motivos que levaram a escolher essa atuação profissional. Observamos uma conotação negativa do trabalho no sistema socioeducativo, seja o olhar da sociedade, seja do trabalhador que se submete. Os profissionais relataram que na perspectiva de alguns familiares e amigos, desconheciam o serviço educacional em instituições de privação de liberdade, há, também, alguns discursos apontando que seria um lugar perigoso para se estar e trabalhar, revelando um preconceito contra o trabalho e o desconhecimento do papel do professor na instituição. Alguns professores relataram ter medo no início de sua trajetória no sistema socioeducativo, mas foram se acostumando e se adaptando. Como indica E1:

"Abriu um processo seletivo, eu fiquei com muita dúvida assim em fazer esse processo seletivo por questões assim da família, é... disseram: não, num vá não que num vai dá certo, né? Muita gente quando você fala que vai fazer o processo seletivo em uma unidade socioeducativa que poucos conhecem, aí diziam logo que não, que não vai dar certo, mas aí eu tive, eu tinha curiosidade de fazer, de conhecer né? Eu disse, não, eu vou conhecer, se eu passar as primeiras experiências, eu vou ver se eu vou me encaixar ou não. E aí quando passou a primeira semana, eu vi que dava certo por mais que a família dissesse, não ali não é lugar pra dar aula [...]"

Em contraposição, à conotação negativa do trabalho para a sociedade e a repercussão do empobrecimento da atividade docente, cabe destacar a precarização do trabalho. Compreendemos a precarização do trabalho a partir da ausência da segurança de estabilidade e, também, não fornecer condições para o trabalhador, seja estruturalmente, seja na organização do trabalho. Isso seria, portanto, impedimentos que resultam na impossibilidade de o professor realizar o seu trabalho conforme compreende como adequado. Foi possível notar na pesquisa o vínculo flexível do trabalho docente. O cenário de desmonte vinculado a uma lógica neoliberal e a ameaça do desemprego, apresentam-se como impedidores de uma quebra de contrato laboral. Além disso, os limites institucionais atravessam o espaço, desde a ausência de materiais adequados para lecionar às adaptações que são realizadas em prol da “segurança”.

Enquanto, por sua vez, de fator agravante, vê-se a naturalização de um cenário precário e aceitação dessas condições. Além disso, vê-se impactos dessa realidade a partir de discursos desmotivacionais e com frustrações, resultante de uma atividade limitada e, por vezes, impedida. Nesse sentido, bem como aponta Clot (2010b), compreendemos que o adoecimento e sofrimento no trabalho advêm de uma atividade impedida, em outras palavras, o professor deseja trabalhar, mas não pode. Bendassolli (2011), aponta que a atividade pode se tornar impedida quando há uma perda de significado e, por sua vez, passa a realizar atividades sem significados e, também, quando não há recurso para utilizar a atividade. Deste modo, poderíamos ter como hipótese de que diante da precarização do trabalho, limites institucionais e o empobrecimento da atividade, resultaria no desgaste do professor.

Ao questionarmos se a experiência de trabalho afetou ou afeta na saúde, é possível confirmar que há um sentimento forte de comunidade e pertença na instituição e na proteção dos alunos por grande parte dos professores que, por sua vez, acarretava em alguns momentos em tristeza e estresse. Isso estaria relacionado com a estrutura da instituição, as condições e a organização do trabalho, bem como as relações interpessoais construídas por ela. Ressaltamos que de forma contrária ao senso comum e ao dito anteriormente, sobre a experiência de medo ou apreensão em trabalhar nesta instituição vinculado a periculosidade, as principais queixas observadas pelos professores estavam relacionadas à dinâmica institucional. Nesse contexto, foi possível notar nos discursos dos próprios docentes que se surpreenderam com o afeto desenvolvido na atividade e passaram a se identificar na atividade do magistério na socioeducação.

Em contra partida, é possível destacar uma discrepância no processo de subjetivação docente. De modo que a relação docente e organização do trabalho produz recursos e processos defensivos que permite o docente resistir aos ataques diários ao seu funcionamento psíquico, numa dinâmica de sofrimento e prazer (DEJOURS, 2011). De forma geral, vê-se presente, também, os sentimentos de insatisfação e inutilidade, mediante as diversas tentativas de adaptação ao instituído e a carência estrutural da instituição. Vale destacar o sentimento de persecutoriedade visível em alguns professores. Isso foi possível constatar nas marcações de algumas entrevistas, bem como no decorrer delas.

Desse modo, retomamos a perspectiva de Clot (2010b) e Schwartz (2014) que afirmam que a estrita conservação de si, se opõe à saúde (CLOT, 2010b). Nesse sentido, ter uma boa saúde não é estar adaptado, todavia seria se sentir mais que o normal, ao qual reforça a tendência humana na superação e às instituições de normas. Constantemente, foi possível notar nos discursos o compromisso do professor diante do seu trabalho, prescrito e o real do trabalho, a atividade realizada; bem como as repercussões em sua saúde.

Na próxima categoria, discutimos sobre as vivências intra e interpsíquica dos professores a partir da dinâmica do trabalho, a naturalização de violações de direitos e da autonomia do professor, a partir do instituído, resultando em desgaste do trabalhador e a adesão aos mecanismos repressivos da instituição.

4.2 Vivência intra e interpsíquica: a dinâmica do trabalho, violências e outras questões institucionais

Escutamos de alguns professores que as demandas institucionais, na dinâmica de segurança e da lógica de punição, se contrapõem com a natureza pedagógica das medidas socioeducativas. Diante disso, vê-se o embate trazido por Schwartz (2014), sobre o debate de normas, valores e critérios de como agir em sua atividade. Nesse sentido, em vez de avaliar sobre isso, cabe questionar se as vivências a partir da naturalização ou adaptação realizadas diante da estrutura/condições de trabalho e das relações institucionais não se configuram

como estratégia de sobrevivência ou preservação da saúde para os professores nesse contexto - sendo, portanto, uma dimensão invisível da violência.

Na pesquisa verificou-se a aceitação, de certa forma, e a naturalização dessas condições e limitações da organização de trabalho. Isso foi revelado nas condições de trabalho a partir de uma conformação a uma atividade limitada e burocrática, presente na realização da atividade em sala de aula. Os ambientes institucionais estudados possuem muros que separam os adolescentes da sociedade, alguns ambientes são sujos, com odor forte e úmidos. Foi relatado que nem sempre há materiais adequados para serem usados nas aulas pelos docentes.

Além disso, foi possível notar a aceitação e naturalização na organização do trabalho. Em síntese, vale destacar a organização institucional de São Paulo, Paraíba e Rio Grande do Norte. No primeiro, há a UNICASA (Universidade da Fundação CASA), uma fundação de pesquisa que centraliza atividades de pesquisa (coordena e monitora coleta de dados), além de um comitê de ética em pesquisa específico da instituição que regula e garante o respeito aos direitos do adolescente levando-se em conta as normativas do ECA e de normas científicas do Conselho Nacional de Ética em Pesquisa com seres Humanos. No segundo, na Fundac, foi possível notar a alta rotatividade do coordenador pedagógico, a ausência de um material didático e um corpo docente coletivo às causas das crianças e adolescentes.

Por sua vez, no Rio Grande do Norte, apesar de não haver toda essa estrutura de políticas públicas organizada, e o fato de termos escolhido uma unidade do interior do estado traz especificidades em relação à análise organizacional e seu funcionamento, o estado tem como presidente da Fundase um professor doutor da Universidade Federal, sensível às causas da socioeducação numa perspectiva humanitária e de valorização dos profissionais e crença na ressocialização dos adolescentes. Nesse sentido, presenciamos, por parte desse estado, um protagonismo em vacinar os funcionários e os adolescentes durante a pandemia e um olhar humano em relação ao adolescente em cumprimento em medida socioeducativa. Apesar de algumas práticas simplificadas no que tange às políticas de carreira e de vínculo de trabalho docente, que são precárias e com limite máximo de 2 anos de trabalho, em alguns momentos é possível perceber, em nível micro, preocupações com a valorização desses trabalhadores. Infelizmente, conta-se muito com o “voluntarismo” e o “amor incondicional à profissão” do docente, o que torna ambígua a relação profissional e comprometida com as legislações da educação e da socioeducação em vigência.

A relação entre os personagens do sistema educacional e do sistema de segurança é marcada por tensões, hierarquia, força física e psicológica, conforme mencionadas nos depoimentos, repletos de sentimento e lógica do punitivismo. Essa representação é favorecida pelo estigma e práticas arraigadas de justicamento popular. Tal relação é derivada de uma visão equivocada sobre os Direitos Humanos na ressocialização, bem como uma visão superficial que a grande mídia propaga para a sociedade. Tal aspecto será amplamente discutido na terceira categoria.

Sobre a relação docente com a Secretaria da Educação é revelada ausência de vínculo de trabalho perene, dificuldade na formação continuada de professores e investimento na carreira. Além disso, a alta rotatividade na carreira, tendo em vista que os professores procuram outras inserções em trabalhos mais estáveis e melhor remunerados. Esse aspecto já foi trazido na categoria anterior, ao nos referirmos à precarização do trabalho.

Consideramos que uma das causas para que exista essa relação mencionada anteriormente que é fonte de sofrimento e, conseqüentemente, a conformação com um trabalho já posto pelas normas instituídas é a falta de espaços coletivos qualificados de discussão sobre a atividade docente. A ausência desses espaços e da formação continuada, contribui na adesão acrítica na dinâmica institucional e ausência de autonomia docente.

Sobre a relação docente e coordenação, em ambos territórios de pesquisa, foi marcada pelo coleguismo e incentivo ao trabalho. Foi possível notar que a alta rotatividade dos

coordenadores pedagógicos e dos docentes gera uma interrupção na formação continuada de professores e, conseqüentemente, interfere na qualidade do trabalho docente. Em que pese haver por parte dos gestores da educação uma expectativa de perfil de professor que seja mais “versátil”, é exigido desse docente um rigor no cumprimento das normativas institucionais, seja da escola, ou na instituição socioeducativa, de forma prioritária. As relações mencionadas repercutem diretamente na atividade docente e na qualidade das aulas, ao qual ocorre o foco no conteudismo na formação dos adolescentes por parte da instituição. Contudo, as vivências dos professores no socioeducativo demonstraram uma exigência maior do que planos pedagógicos, incluindo acompanhamento psicológico e ações que o auxiliem tanto com sua própria subjetividade, como nas dos seus alunos.

Tendo em vista o que tange à atividade docente nas instituições socioeducativas, nota-se a percepção docente sobre os desafios e as dificuldades encontradas em sua atividade, bem como as astúcias da inteligência prática do docente que emerge da experiência real do trabalho e da sua concepção com a atividade.

Nesse contexto, nota-se que o planejamento da atividade perpassa por muitas tentativas de planos de aulas preparados previamente. No entanto, devido a questões ocorridas durante o expediente na instituição, não é possível, em algumas situações, seguir o plano de aula conforme foi elaborado pelo professor. Alguns docentes relataram trazer de casa três possibilidades de atividades didáticas, e mesmo assim, nem sempre são possíveis de serem colocadas em prática.

Essa complexa rede de normativas, regras e um olhar altamente enquadrador do comportamento afeta não apenas a subjetividade do adolescente institucionalizado, mas, também, a do professor, que, por sua vez, precisa administrar conteúdos complexos. Tais como as normas de segurança (não dar as costas aos alunos, controlar se todos estão com as duas mãos em cima da carteira, não pode deixar caderno e lápis com os alunos para praticarem os conteúdos aprendidos), ao mesmo tempo em que precisam realizar os planejamentos decorrentes da atividade docente regulares, quais sejam: planejamento de aula, criação de recursos e metodologias que incentivem a aprendizagem, uso de linguagem específica que dirima qualquer possibilidade de interpretações dúbias ao aluno - no caso da docência no sistema socioeducativo, esse cuidado é redobrado pois uma palavra “em falso” pode ser considerada como uma “mensagem” aos internos sobre assuntos “de fora do sistema”, o que pode gerar problemas no decorrer da aula, extrapolando tal animosidade para outros espaços dentro do sistema.

O uso de ferramentas didáticas (cartolinas, tintas revistas velhas, cartazes), em que pese a percepção equivocada sobre uma suposta “proibição de uso de materiais cortantes”, nos depoimentos em São Paulo foi desmistificada tal representação puramente proibitiva, com depoimentos de professoras que usavam materiais importantes para as mais diversas atividades propostas aos alunos. O cumprimento de medidas de segurança como protocolos burocráticos de pedido de materiais e o preenchimento de formulários burocráticos de autorização para procedimentos durante a aula, no estado de São Paulo, permite que professores deem aulas usando materiais previstos, porém verificamos serem poucos os professores que têm disponibilidade para usar tais procedimentos.

No Rio Grande do Norte e na Paraíba, por uma decisão da gestão específica da unidade estudada, os procedimentos de solicitação de materiais não são disponibilizados, no caso de o professor preferir dar uma aula “diferente”. Percebemos que as gestões estaduais podem definir parâmetros de funcionamento institucional para cada rede, dentro de suas possibilidades, verbas e entendimentos sobre o sistema e sobre a responsabilidade do estado para ressocializar o jovem e para com a sociedade (garantia da justiça e da ordem).

De forma geral, foi possível analisar que as imposições da organização de trabalho de recursos limitados e a ressonância simbólica dos docentes, através da inteligência operária,

como uma inteligência astuciosa (DEJOURS, 2011), a partir das percepções do trabalhador, opera como uma inteligência em constante ruptura com as normas e regras, sendo cirúrgica no processo de transformar o sofrimento em prazer nas vivências dos professores.

4.3 Saber docente transformador: aspectos contextuais e Direitos Humanos

Como aponta Dejours (2018, p.9): “Como fazem os trabalhadores para resistir aos ataques ao seu funcionamento psíquico, provocados pelo seu trabalho?”. Tal frase explicita a metamorfose da organização do trabalho, vivenciada a partir das exigências institucionais, ao qual resulta nos modos de subjetivação docente. No contexto da socioeducação, foi possível notar no discurso dos professores um saber docente transformador, ao qual adaptou-se às normatizações e, a partir disso, garantiu o direito à educação e oportunizou novas possibilidades de projeto de vida aos assistidos.

Os modos de subjetivação docente no contexto da socioeducação observados a partir da relação do trabalho docente e instituição na presente pesquisa indicam possibilidades de estratégia de desconstrução da relação histórica das políticas públicas para infância e adolescência no Brasil marcadas por violência e violação dos Direitos Humanos. Diante das intempéries do instituído, das implicações na saúde docente, apontada na categoria 1 e das condições de trabalho e da atividade, descrita na outra categoria, vê-se no discurso dos professores a concepção do sentido do trabalho construído coletivamente buscando uma aproximação dos “fundamentos pedagógicos”, versando com a LDB, os princípios de Paulo Freire, a pedagogia da presença e o aspecto transformador.

Essa concepção de sentido construído sobre o trabalho atravessa a dinâmica das exigências institucionais e dos impedimentos. Tais estratégias defensivas, norteadas pelo sentido do trabalho, são utilizadas pelo professor para suportar o contexto do trabalho, a ausência de formação pedagógica e materiais adequados, emergindo, assim, as adaptações docentes. Isso pode ser visto no relato de E12: “[...] então a gente tem que criar metodologias, a gente tem que adaptar conteúdo que não pensam nesse público... e aí a gente tem que transformar”.

Os significados e sentidos do trabalho docente em medidas socioeducativas na presente pesquisa apontam a oportunidade de emprego, quanto no decorrer do trabalho, a paixão por oportunizar outro caminho às crianças e adolescentes acreditando, portanto, na socioeducação. Ressalto o recorte das falas de professores: “O maior motivo, o salário, mas depois me apaixonei pelo sistema socioeducativo” (EC); “ajudamos a enxergarem um caminho diferente” (EL); “já encontrei ex alunos que conseguiram emprego e mudaram de vida” (EL); “pra estar lá, permanecer lá, não é... não basta só querer ensinar, gostar de ensinar, tem que acreditar também na socioeducação”.

Trata-se, portanto, do desenvolvimento do poder de agir, seja sobre o mundo, seja sobre si mesmo, essa percepção é semelhante ao que Schwartz (2014) pontua sobre a tendência às renormalizações. Observamos que diante das relações do trabalho docente e da instituição, nota-se um discurso coletivo sobre o agir a partir do objetivo da socioeducação, E3: “Hoje eu tenho uma certeza que eu me conectei mais com a socioeducação do que com uma escola normal, hoje eu digo que não sou um professor, sou um facilitador, sou um ajudador e um incentivador, eu aprendo com eles e eles aprendem comigo.”

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa teve como objetivo compreender a atividade docente de professores do sistema socioeducativo, a partir de aspectos de sua saúde mental, sob a abordagem da

Psicologia do Trabalho e a Análise Institucional do Discurso. Isso foi possível ser alcançado a partir dos objetivos específicos.

O primeiro objetivo específico consistia em discutir a percepção docente sobre a sua experiência de trabalho, o qual foi tratado no capítulo 4, subtópico 2, “Vivência intra e intersíquica: a dinâmica do trabalho, violências e outras questões institucionais”. Foi possível notar os atravessamentos institucionais, bem como a falta de formação adequada e a compreensão dos professores sobre o seu lugar no sistema socioeducativo, por parte da sociedade e da instituição. Além disso, foi possível perceber as implicações para o impedimento das atividades, o desgaste mental e a possível adesão aos próprios mecanismos da instituição de violência e violação dos direitos à educação por parte dos docentes. Ademais, a precarização do trabalho e o impedimento da atividade do professor nesse contexto, reforçam a crença da gestão e da sociedade de que o trabalho do professor em contexto de privação de liberdade seria um privilégio para os assistidos e que, por sua vez, acarreta num déficit de investimentos públicos para as medidas socioeducativas.

O segundo objetivo específico consistia em discutir os impactos da atividade no processo de subjetivação docente e as implicações na saúde mental, o qual foi discutido no capítulo 4, no subtópico 1, “Saúde mental dos docentes no sistema socioeducativo”. Nele, verificou-se que, inicialmente, a experiência real do trabalho no sistema socioeducativo coloca o professor numa posição ambígua, de sofrimento e de submissão na lógica da segurança e punição que, por sua vez, ao não se posicionar de forma crítica neste contexto resulta no empobrecimento e burocratização da atividade realizada nas unidades de atendimento. Além disso, foi possível notar que as inadequações das condições de trabalho para que as prescrições sejam realizadas resultam em desmotivação e sofrimento nos professores, o qual, por sua vez, dificulta a experiência e a realização do trabalho.

O terceiro objetivo específico consistia em discutir como as Políticas Públicas têm se constituído como uma alternativa efetiva no aporte da vivência subjetiva no trabalho, o qual foi abordado no capítulo 2, no subtópico 3, “Saber docente transformador: aspectos contextuais e Direitos Humanos”. Da pesquisa realizada apreendeu-se que, frente a relação do trabalho docente e do objetivo da instituição socioeducativa, dentro das condições de trabalho, do funcionamento das unidades e o vínculo empregatício, observa-se a construção de estratégias docentes em suas vivências subjetivas respaldado na garantia de direitos e à possibilidade de um projeto de vida às crianças e adolescentes.

A Psicologia do trabalho permitiu reconhecer a subjetividade dos professores versando sobre referências simbólicas, resultante do contexto social, absorção de valores sobre o sistema socioeducativo, além do estigma e do imaginário social referente a instituição. Diante disso, foi possível notar que o olhar humanizado dos professores permite amenizar o efeito coercitivo e disciplinar que a instituição e a coletividade exercem sobre o trabalho docente em instituições privadas de liberdade, corroborando para o objetivo da instituição em sua legislação.

Cabe ressaltar que durante a realização da pesquisa, dentre dos discursos imaginados e simbolizados expressos pelos professores nas entrevistas individuais e grupos reflexivos, sustenta-se a Análise Institucional do Discurso como método de pesquisa e estratégia de intervenção institucional promovendo saúde mental e bem-estar. Nesse sentido, compreendemos a importância da criação de espaços coletivos que envolvam não apenas a aliança interna, mas, também, alianças externas com áreas da sociedade que têm relação com a defesa e garantia dos Direitos Humanos. Ressalta-se frentes de trabalho que contribuam para a discussão qualificada, resultando, também, na formação, capacitação continuada e cursos para os professores. Compreendemos que os cursos de graduação de Pedagogia e Psicologia devem se aproximar de tal realidade, seja através de Pesquisa, Extensão e Estágio, a fim de

não apenas conhecer o campo, mas, também, que a academia possa se aproximar e contribuir para a transformação da realidade.

Por último, vale advertir que a história das políticas públicas para infância e adolescência no Brasil, infelizmente, ainda é marcada pelo pensamento de justiça como punição, exclusão e vingança. Essa crença não pode ser perpetuada e a educação combate tal crença mortífera e excludente que viola os Direitos Humanos. Neste cenário, atravessado por questões complexas, vê-se como imprescindível a discussão sobre Direitos Humanos e dignidade no trabalho docente em instituições privadas de liberdade. A presente pesquisa não esgotou o tema, buscamos trazer apenas um recorte da atividade docente de professores que atuam no sistema socioeducativo a partir de aspectos da saúde mental, recomendamos a continuidade de novas pesquisas e intervenções voltadas para a saúde docente de professores que trabalham em medidas socioeducativas.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, J. A. G. **A análise das instituições concretas**. IN: GUIRADO, M. Psicologia Institucional. 2ª ed. São Paulo: EPU, 2004. (Original publicado em 1987)
- ASHFORTH, B. E.; KREINER, G. E. Dirty Work and dirtier work: differences in countering physical, social, and moral stigma. **Management and Organization Review**, v. 10, p.81-108. Research Gate, 2013. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/259554257_Dirty_Work_and_Dirtier_Work_Differences_in_Countering_Physical_Social_and_Moral_Stigman>. Acesso em: 3 de mai. 2022.
- BENDASSOLLI, P. F. Mal-estar no trabalho: do sofrimento ao poder de agir. **Revista Mal-estar e subjetividade**, Fortaleza, v. 11, n 1, p.65-99, 2011. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482011000100004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 13 de mai. 2022.
- BENDASSOLLI, P. F; SOBOLL, L. A. **Clínicas do trabalho: filiações, premissas e desafios**. Cadernos de Psicologia Social do Trabalho. v.14. 1 ed. 1. p. 59-72, 2011.
- BLEGER, J. **Capítulo 2: Psicologia Institucional**. in: Psico-higiene e Psicologia institucional. Porto Alegre: Artes Médicas. p. 31- 70, 1984.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- BRASIL. Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012. Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase). Brasília: Diário Oficial da União, 2012.
- BRASIL. Lei nº 13.010, de 26 de junho de 2014. Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília: Diário Oficial da União, 2014.
- BRASIL. Lei nº 7.209, de 11 de outubro de 1984. Da aplicação da Lei Penal. Brasília: Diário Oficial da União, 1984.
- BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília: Diário Oficial da União, 1990.
- BRASIL. Lei nº 8.242, de 12 de outubro de 1991. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda). Brasília: Diário Oficial da União, 1991.
- BRASIL. Lei nº 13.257, de março de 2016. Políticas Públicas para primeira infância. Brasília: Diário Oficial da União, 2016.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016. Trata sobre as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisa em ciências humanas e sociais. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2016.
- CARVALHO, K. R. S. A. **Luzes na escuridão: Narrativas no cárcere**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Tocantins. Palmas - TO, 2019.

CLOT, Y. **A função psicológica do trabalho**. 2ª. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

CLOT, Y. **A psicologia do trabalho na França e a perspectiva da clínica da atividade**. v. 22, n. 1. Fractal: Revista de Psicologia, p. 207-234, 2010a.

CLOT, Y. **Clínica do trabalho e clínica da atividade**. In: BENDASSOLLI, P. F.; SOBOLL, L. A. Clínicas do trabalho: novas perspectivas para a compreensão do trabalho na atualidade. São Paulo: Atlas, p. 71-83, 2011.

CLOT, Y. **Trabalho e poder de agir**. FabreFactum: 2010b.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Referências técnicas para atuação de psicólogas (os) no âmbito das medidas socioeducativas. Brasília: CFP, 2021.

DEJOURS, C. **A loucura do trabalho**. 6ª. ed. São Paulo: Cortez-Oboré, 2018.

DEJOURS, C. **Psicodinâmica do trabalho: Contribuições da Escola Dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho**. São Paulo: Atlas, 2011.

FEUERWERKER, L. C. M. et. al. (Orgs). **Micropolítica e saúde: produção do cuidado, gestão e formação**. Porto Alegre: Rede UNIDA, 2014.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 42ª. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

FUNDAC. **Projeto Político-Pedagógico Institucional**. João Pessoa: A União, 2019.

FUNDASE. **Projeto Político-Pedagógico Institucional**. Rio Grande do Norte: A União, 2021.

GUIRADO, M. **A Análise Institucional do Discurso como Analítica da Subjetividade**. Tese (Livre-Docência - Departamento de Psicologia da Aprendizagem, do Desenvolvimento e da Personalidade - Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo). São Paulo, 2009.

GUIRADO, M. **Psicanálise e Análise do Discurso: matrizes institucionais do sujeito psíquico**. 1ª. ed. São Paulo: Appris, 2018.

GUIRADO, M. **Psicologia institucional**. 2ª. ed. São Paulo: EPU, 2004. (Original publicado em 1987)

HASHIZUME, C. M. **A cartografia como método de investigação e intervenção em realidades da educação e saúde**. Revista de Educação da Universidade Federal Do Vale Do São Francisco, v.21, n.10, p.245-258, 2020. Disponível: <<http://www.periodicos.univasf.edu.br/index.php/revasf/article/view/952>>.

HUGHES, E. **Le regard sociologique: essais choisis**. Ehess, 1996.

LHUILIER, D. **Introdução à psicossociologia do trabalho**. Cadernos de Psicologia Social do Trabalho, p. 5-19, 2014a.

LHUILIER, D. Prefácio. In: BENDASSOLLI, P. F.; SOBOLL, L. A. **Métodos de Pesquisa e Intervenção em Psicologia do Trabalho: clínicas do trabalho**. São Paulo: Atlas, 2014b.

PASSOS, E. et al. (Orgs.) **Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2015.

PAULON, S. M. **A Análise de implicação como ferramenta na pesquisa-intervenção**. v.17, n.3. Porto Alegre: Psicologia e Sociedade, p.16-23, 2005.

PENNA, M. G. O. **Professor de séries iniciais do ensino fundamental em escolas públicas estaduais de São Paulo: Posições sociais e condições de vida e trabalho**. Tese (Doutorado em Educação: História, Política, Sociedade) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP, 2007.

ROCHA, M. L.; AGUIAR, K. F. **Pesquisa-intervenção e a produção de novas análises**. v.23, n.4. Brasília: Psicologia: Ciência e Profissão, p.64-73, 2003.

SALDAÑA, J. **The Coding Manual for Qualitative Researchers**. London: Sage, p.306, 2013.

SCHWARTZ, Y. **Conceituando o trabalho, o visível e o invisível**. v.9. Rio de Janeiro: Trabalho, Educação e Saúde, p. 19-45, 2011a. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1981-77462011000400002>>.

SCHWARTZ, Y. **Manifesto por um ergoengajamento**. In: BENDASSOLLI, P. F.; SOBOLL, L. A. **Clínicas do trabalho: novas perspectivas para a compreensão do trabalho na atualidade**. São Paulo: Atlas, p. 132-166, 2011b.

SCHWARTZ, Y. **Motivações do conceito de corpo-si: corpo-si, atividade, experiência**. Porto Alegre: Letras de Hoje, v. 49, n. 3, p. 259-274, 2014. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/article/view/19102/12151>>.

AGRADECIMENTOS

Torna-se inevitável recordar a trajetória para conclusão desse ciclo e, principalmente, relembrar as pessoas que estiveram envolvidas na construção desse sonho alcançado.

Agradeço ao meu avô de origem materna, Severino José da Silva (*in memoriam*) que veio do Cariri Paraibano, juntamente com minha doce avó Maria e os 9 filhos, e incentivou a minha mãe nos estudos. Ressalto, também, a minha corajosa avó de origem paterna, Maria do Carmo Silva (*in memoriam*), descendente indígena, que ensinou ao meu pai e aos 10 filhos sobre o amor sacrificial.

Agradeço a minha família e em especial aos meus pais, Ivanilda Cardoso da Silva e Marcos Pereira da Silva, por todo apoio à minha vida acadêmica, por todo amor, serviço e ensinamentos passados, presente e futuros.

Agradeço a minha mãe adotiva do coração, Nilda, pelo apoio e parceria incomensurável.

Agradeço ao meu irmão, Lucas Cardoso Pereira, por ser meu amigo e companheiro durante toda a minha trajetória, desde o ensino maternal à graduação.

Agradeço aos pequenos que despertam constantemente a minha criatividade e me estimulam na área da educação: Lolo, Lo, Dinho, Davi, Rebeca e Bibi.

Agradeço aos meus amigos por acreditarem em mim, me ajudarem a enxergar o que às vezes não consigo e contribuíram fundamentalmente para o meu processo de amadurecimento intelectual e pessoal, em especial: Diego, Eliberto, Neto, Jonas, meu quinteto do Petrônio, os meus amigos de missão da MPC e o meu companheiro, Arthur.

Desde cedo fui motivada pela educação e com 2 anos, Dona Maria José oportunizou a minha entrada na escola. Aos 16 anos, através dos Estudantes em Ação, da MPC, estive em diversas escolas públicas e privadas. Destes encontros, me inspirei para estudar Psicologia e abracei todas as oportunidades frente à minha perspectiva da Psicologia em fronteira com as Políticas Públicas. Nesse contexto, da UEPB, surgiram as melhores leituras, amizades, as irmãs (Vivi e Aninha), grupos de estudo, encontros existenciais (Rebeca) e os mais queridos mestres com os quais tive a oportunidade de tomar café, conversar, construir conhecimento e me espelhar.

A minha orientadora, professora Dr^a Cristina Miyuki Hashizume, é um desafio escrever, em poucas palavras, o quanto dedico este estudo a ela. Cris, você me desacomodou com seu intrigante conhecimento e com a sua trajetória docente. Me apresentou não apenas a abordagem da Psicologia do trabalho e os Direitos Humanos, mas me permitiu enxergar o ser humano. Você foi imprescindível! Jamais esquecerei da sua terna expressão de educadora apoiando, ensinando, orientando e incentivando. Obrigada por colaborar comigo, você me ensinou a romper barreiras e resgatou o sentido da relação aluno e professor.

A professora Dr^a. Livânia Beltrão, sua experiência sobre o tema da educação deve ser reconhecida mundialmente. Obrigada por todo conhecimento compartilhado e por me permitir atuar nesse campo.

A professora Dr^a. Carla Brandão, por me permitir desdobrar numa vivência ética de compreensão do outro. Me inspiro na sua trajetória e sou uma otimista realista esperançosa.

Ao professor Dr. Nelson Júnior e Me Vanda Vasconcelos, aos quais aceitaram contribuir com este trabalho.

Meu amigo e professor, Rodolfo Pontes, você deixou marcas em mim que ressoam!

A todos os professores envolvidos no sistema socioeducativo, obrigada!

A todos os mestres que percorreram caminhos em minha trajetória, sem exceção, a todos, a vocês, dedico.

Romanos 11:36
Nilza Alessandra Cardoso Pereira